



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/3
Handwritten signature and initials in blue ink.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DE DEZASSETE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

Ao décimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e quinze, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), na Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, para a sua segunda reunião extraordinária. -----

A esta reunião compareceram os seguintes Conselheiros: Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa em substituição do Presidente da AMVP, Rui Alexandre dos Reis Arruda, José de Andrade Melo, José da Ascensão Cabral Branco, António Jorge Cabral Monteiro, Celso Sousa Resendes e José Arsénio de Sousa Chaves. -----

Informaram a mesa da sua ausência os Conselheiros Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, Nélia de Fátima Soares Resendes Mendonça e Lurdes de Fátima Teixeira Magalhães. ----

Esteve ausente o Conselheiro Ildefonso Cabral Resendes. -----

Estiveram presentes os Deputados Regionais Duarte Manuel Braga Moreira e Paulo Henrique Parece Batista. -----

A Deputada Regional Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves informou a mesa da sua ausência. -----

O Presidente da mesa deste Conselho Rui Arruda saudou os presentes dando início à reunião, agradecendo a presença da Diretora do Parque Natural de Santa Maria, Rita Câmara, convidada pela mesa do CISM para estar presente na reunião, que tinha como ponto único da ordem de trabalhos – Proposta de DLR nº 44/X – Plano Setorial de ordenamento do território para as atividades extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE). -----

Conforme informou previamente os Conselheiros e Deputados, por correio eletrónico, o Presidente propôs a inclusão de dois novos pontos na ordem de trabalhos. Por unanimidade decidiram os Conselheiros incluir como Ponto dois da ordem de trabalhos – Primeira alteração ao DLR 2/2015/A de sete de janeiro – Plano Regional Anual para 2015 e Ponto três – Aeroporto de Santa Maria, Escalas técnicas, novos desenvolvimentos. O ponto dois surge na sequência de um pedido de parecer solicitado ao CISM pela ALRAA e o ponto número três por decisão da mesa do CISM. -----

De imediato se colocou à discussão a ata da reunião de sete de fevereiro de dois mil e quinze, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção dos Conselheiros António Monteiro, Celso Resendes e Carlos Rodrigues, os dois últimos por terem estado ausentes da reunião. -----

De imediato se entrou no período antes da ordem do dia tendo o Presidente dado conhecimento aos presentes do expediente do CISM, designadamente: - Receção de informação e envio de felicitações aos novos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto; Do documento enviado pelo CISM ao Governo Regional dos Açores (GRA) sobre o Aeroporto de Santa Maria – “Contexto Açores e seu impacto local” apenas receberam resposta do gabinete do Primeiro-ministro de Portugal a informar que o assunto tinha sido encaminhado para o Ministério da Economia e do grupo parlamentar do PSD na ALRAA a acusar a receção e acompanhamento do mesmo; Solidariedade e ação social em Santa Maria – trabalho está concluído e disponível para quem o solicitar, destacou a presença de elevado número de pessoas na sua apresentação e lamentou a ausência de algumas entidades

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '121' and a signature.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

convidadas na mesma; Senhas de presença – segundo informação do Representante da República para os Açores enviada ao CISM, o documento enviado por este órgão foi encaminhado para a Provedoria de Justiça. -----

Não havendo mais inscrições de imediato se passou ao ponto um da ordem de trabalhos - Proposta de DLR nº 44/X – Plano Setorial de ordenamento do território para as atividades extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE). -----

O Presidente informou que em relação a este ponto o CISM convidou a Diretora do Parque Natural da Ilha de Santa Maria para estar presente nesta reunião, pediu parecer a nível particular a dois Arquitetos para se pronunciarem sobre este assunto mas não obteve resposta dos mesmos e enviou um documento ao Delegado de Ilha da CCIPD a informar da inclusão deste ponto na reunião dado a pertinência que este tema poderia ter para os associados da CCIPD e empresários do sector na Ilha de Santa Maria, não tendo obtido resposta da Delegação. -----

Após intervenção alargada e fundamentada do Conselheiro José Melo, suportada também pelo fato de ser representante da Associação “Amigos dos Açores” em Santa Maria, intervenções dos Conselheiros Carlos Rodrigues, José Branco e Ricardo Sousa, dos Deputados Duarte Moreira e Paulo Batista e da Diretora do Parque Natural de Santa Maria Rita Câmara decidiram os Conselheiros, por unanimidade, emitir o seguinte parecer: -----

- Este órgão manifesta posição globalmente favorável à mesma, atendendo a que, pela primeira vez, surge um plano de ordenamento do território de natureza estratégica e aplicável às nove ilhas da nossa região, que incorpora uma visão de desenvolvimento territorial para um sector de atividade primária que depende de recursos naturais inamovíveis, com as inerentes implicações no seu aproveitamento e nas atividades económicas associadas; -----

- No global, destaca-se também a criação das áreas de gestão (AG) que exercem um efeito concentrador dos locais adequados às atividades extrativas, o que representa um indicador de viabilidade de instalação aos empresários do sector, que permite a criação de diversas sinergias com as atividades económicas de comercialização e de transformação das matérias-primas, promovendo um maior planeamento a médio e longo prazo; -----

- No caso da Ilha de Santa Maria, destacamos que as AG definidas não garantem uma alternativa viável de abastecimento ao “Pico do Facho” em rocha basáltica, o que a nosso entender deverá ser imperativo, devendo ser perspectivados estudos, a curto prazo, de locais alternativos para o efeito, que garantam o recurso, assim como a adequabilidade paisagístico-ambiental, devendo esses lugares ser integrados no Plano Diretor Municipal (PDM) por via do mecanismo de reforço limitado; -----

- Por outro lado, no âmbito do mesmo mecanismo, deveriam ser providenciados e licenciados, igualmente, locais viáveis para a exploração de bagacinas e areão, o que emerge na ilha, pela sua escassez; -----

- Em termos estratégicos, e por exigência paisagístico-ambiental, é também imperiosa a intervenção em antigas áreas de exploração abandonadas, nomeadamente nas áreas de integração ambiental e paisagística (AIAP); -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/11/15
[Handwritten signature]

- Julgamos ser de extrema importância garantir, em Santa Maria, que os mecanismos de recuperação ambiental e paisagística funcionem efetivamente, especialmente no que respeita ao grande passivo existente, não só na exploração do “Pico do Facho”, mas também na envolvente ao Aeroporto - “Cova do areão”, “Poço dos Americanos” e “Pedreira do Anal”. -----

- No caso concreto da “Pedreira do Anal” por se verificar cada vez mais procura da pedra de cantaria, para ornato das edificações e por não haver na ilha quaisquer frentes de exploração de piroclastos consolidados, que seja vista a possibilidade de ser aberta novamente essa extração, estudando-se a disponibilidade existente naquele antiga pedreira, e noutros locais, onde não haja impactos paisagísticos de monta. -----

- Por último, e sabendo-se que, enquanto os municípios não procederem à adaptação e transposição das normas previstas nesta proposta de PAE, para os respetivos PDM, este plano não vinculará os particulares, solicitamos, por isso, que seja zelado pela ALRAA a efetividade dos 90 dias para a adaptação dos mesmos, não prejudicando eventuais investimentos proporcionados pela entrada em vigor das normas a aprovar. -----

Ponto número dois - Primeira alteração ao DLR 2/2015/A de sete de janeiro – Plano Regional Anual para 2015. -----

O Presidente informou os presentes sobre as diferenças propostas nesta primeira alteração ao DLR em relação à Anteproposta e Proposta de Plano Regional Anual para o ano de dois mil e quinze em relação à Ilha de Santa Maria, designadamente, na redução de vinte mil euros para a construção do Museu de Santa Maria em Vila do Porto e a passagem de cem mil euros para mil euros para a musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria. -----

O Deputado Duarte Moreira considerou que estas reduções resultam da baixa de impostos na região decidida pelo GRA que não teve a devida compensação do Governo da República, sendo necessário por isso reajustes orçamentais. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues informou que pelos contatos que tem estabelecido com o Conselho de Administração da ANA lhe foi informado que o mesmo aguarda, há largo tempo, contato do GRA para se iniciar a recuperação da antiga Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria. -----

O Deputado Duarte Moreira informou os presentes que tem conhecimento que o GRA tem tido contatos permanentes e atuais com a ANA, através do Diretor Regional da Cultura para a recuperação daquela infraestrutura. -----

Decidiram os Conselheiros questionar diretamente, através de ofício a enviar pelo CISM, o Presidente do Conselho de Administração da ANA e o Diretor Regional da Cultura sobre o atual estado das negociações em curso sobre a recuperação da infraestrutura. -----

Unanimemente decidiu o CISM sobre o ponto número dois enviar o seguinte parecer: -----

- De acordo com os nossos pareceres enviados sobre a “Anteproposta do Plano Regional Anual para 2015” e “Proposta do Plano Regional Anual para 2015” e com o que agora nos é apresentado nesta primeira alteração ao DLR Nº 2/2015/A, este órgão é manifestamente contra a redução de verbas propostas no ponto 5.10.31 Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria de cem mil para mil euros. -----

12/1
[Handwritten signatures]



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

- Esta redução no valor de noventa e nove mil euros é insignificante no orçamento regional, mas implicará a não recuperação efetiva no corrente ano daquele imóvel, considerado de elevado valor histórico para a Ilha de Santa Maria, que se encontra em elevado estado de degradação e hipotecará a disponibilidade financeira demonstrada pela empresa ANA – Aeroportos de Portugal em colaborar com a transformação em museu da antiga torre de controle do Aeroporto de Santa Maria.-----

- Pelo que foi assumido publicamente pelo GRA e pelo atrás referido, também consideramos urgente uma intervenção naquela infraestrutura, até por razões de segurança ou de impacto paisagístico. -----

Após um breve intervalo, retomaram-se de novo os trabalhos -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues após autorização da mesa para intervir novamente sobre o anterior ponto da ordem de trabalhos, informou os presentes que tinha acabado de falar, por telemóvel com o Vice-presidente do Conselho de Administração da ANA, que lhe transmitiu que a ANA aguarda contatos do GRA há meses e que o mesmo nunca respondeu a um ofício enviado pelo Diretor de Aeroportos dos Açores sobre a recuperação e cooperação entre as duas entidades com vista à recuperação da torre de controle do Aeroporto Santa Maria. -----

Ponto número três - Aeroporto de Santa Maria, Escalas técnicas, novos desenvolvimentos. -----

O Presidente informou os presentes que de acordo com a decisão deste órgão na sua última reunião, caso houvessem novos desenvolvimentos sobre assuntos relacionados com as escalas técnicas de aeronaves nos Açores, este assunto voltaria a ser analisado por este órgão. Como existiu da parte do GRA, através do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (SRTT), Vitor Fraga, um pedido direto ao Ministério da Defesa, que gere a Base das Lages, no sentido de serem implementadas, com a brevidade possível, as medidas necessárias à efetivação das escalas técnicas durante o período noturno, decidiu a mesa propor a sua inclusão na ordem de trabalhos da reunião extraordinária de hoje que já se encontrava convocada. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues afirmou que decidiu manifestar-se publicamente sobre o PREIT, no que às escalas técnicas diz respeito, na sequência dos novos e gravíssimos desenvolvimentos efetuados pelo GRA, através do SRTT, sobre a abertura noturna da Base das Lages com claros benefícios para aquela infraestrutura e prejuízos para o ASM. -----

O Conselheiro José Melo reafirmou que o que está no PREIT prejudica Santa Maria e que tem que haver uma nova tomada de posição por este órgão. De igual modo referiu que o GRA não respeita o que está definido em PROTA sobre as escalas técnicas e que devemos exigir esclarecimentos claros à tutela porque não se pode agradar um, Ilha Terceira, e prejudicar outro, Ilha de Santa Maria. Considerou urgente um pedido de reunião deste órgão ao Presidente do GRA. -----

O Conselheiro José Branco lamentou a ausência de resposta pelo GRA a este órgão, que não podemos esquecer a nova medida efetuada pelo SRTT, com o pedido efetuado ao Ministério da Defesa Nacional, contrariando tudo o que foi defendido publicamente pelo GRA, até agora, sobre os assuntos relacionados com as escalas técnicas. Há que cumprir o contemplado em PROTA que, na altura da sua aprovação, foi do acordo deste Conselho de Ilha e originou tomadas de posição públicas pelos Deputados Regionais eleitos por Santa Maria a defender o



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

12/11/11
P. Pinto

que tinha ficado contemplado e plasmado no documento. Por último referiu que a concorrência da Base das Lajes só nos prejudica e que Santa Maria não pode perder mais postos de trabalho. -----

O Deputado Paulo Parece Batista referiu que o que agora aconteceu foi o que já se suspeitava, ou seja, a adoção de medidas favoráveis à Ilha Terceira em detrimento de Santa Maria. Tudo o que está em PREIT prejudica Santa Maria e esta pressão exercida agora pelo GRA sobre o Governo Português prejudica claramente a nossa Ilha. Sempre o GRA defendeu o ASM em relação às escalas técnicas e agora é o contrário porque, se antes as Lajes eram um aeroporto militar com uso civil agora querem que o Governo de Portugal o transforme num aeroporto civil com uso militar. Destacou os “lobbies” fortíssimos exercidos pela Ilha Terceira sobre estes assuntos e Santa Maria alia-se de os fazer. Por último considerou que a ausência de resposta pelo GRA ao CISM é lamentável e repetitiva. -----

O Deputado Duarte Moreira referiu que a bancada do PS na Assembleia Municipal de Vila do Porto votou favoravelmente um Voto de Protesto apresentado pelo PSD sobre as medidas contempladas no PREIT sobre as escalas técnicas, que as escalas técnicas ficaram contempladas no PROTA devido a um trabalho do PS e que os Deputados eleitos por Santa Maria pelo PS defendem a Ilha em todos os fóruns, incluindo perante o GRA. Disse que está solidário com a Ilha Terceira, que o GRA tomou medidas excecionais com o PREIT porque existiram situações excecionais, e que concorda que se deve pedir uma reunião ao Sr. Presidente do GRA, como proposto pelo Conselheiro José de Melo, no sentido do CISM ser cabalmente esclarecido sobre este assunto e que, deveríamos fazer com que a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional não coloque em prática o que foi proposto pelo GRA. Embora reconheça que tem poucos conhecimentos sobre aeronáutica considera que é positiva a proposta do GRA ao pedir as aberturas noturnas das Lajes e Santa Maria pois Santa Maria pode ficar a ganhar com esse facto e que não se devem descurar todas as formas de luta sobre o assunto das escalas técnicas. -----

O Conselheiro José Branco referiu que, felizmente, ainda há entidades para recorrer e que o que aqui está em causa são a falta de princípios e palavra do GRA sobre este assunto e afirmou que não compreende o afirmado pelo Deputado Duarte Moreira pois o mesmo votou favoravelmente o PREIT na Assembleia Regional quando deveria ter defendido Santa Maria juntamente com todos os Deputados eleitos por esta Ilha, sejam eles do PS ou do PSD. -----

O Deputado Duarte Moreira referiu que embora tenha votado favoravelmente o PREIT defendeu Santa Maria junto do GRA, que tem lutado pela defesa desta Ilha e que, por exemplo, o facto do PSD e o Deputado Paulo Parece terem votado contra o Plano Anual Regional para dois mil e quinze na ALRAA, que é bastante favorável para Santa Maria, não quer dizer que sejam contra todos os investimentos para Santa Maria previstos no Plano. -----

O Conselheiro José Branco disse que qualquer um dos que estão aqui não depende da política e que há que defender os interesses de Santa Maria com seriedade destacando que, neste caso, há muitos Marienses que dependem do seu aeroporto. -----

O Conselheiro José Melo destacou que, felizmente, este Conselho de Ilha tem sido bastante pró-activo na defesa dos interesses da Ilha de Santa Maria e que neste caso temos de ser

12/11/18
H
H
H



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

objetivos e de nos unir em nome da nossa Ilha pois o objetivo do PREIT é levar as escalas técnicas para fora de Santa Maria. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues considerou que é preciso estarmos muito atentos aos “lobbies” existentes a favor da Base das Lajes e que não compreende que as pessoas que consideraram as atitudes dos governos do Dr. Mota Amaral como graves, estejam agora caladas e nem se manifestem sobre as tomadas de posição atuais do GRA do Dr. Vasco Cordeiro. -----

O Deputado Paulo Parece Batista concordou com o Conselheiro José Melo ao defender que temos que alinhar discurso sobre este assunto, que o primeiro travão sobre o proposto no PREIT tem de ser exercido pelo GRA e não pelo Governo da República, lamentou a ausência de tomada de posição clara pela CCIPD sobre este assunto e que temos de dizer “cara a cara” ao GRA o nosso descontentamento. -----

Após Autorização do Conselho de Ilha, o Sr. Marco Coelho agradeceu a oportunidade de falar nesta reunião enquanto cidadão referindo que se antes existiram culpas dos governos do PSD em relação ao ASM agora existem as mesmas por parte do governo do PS, que os Deputados Regionais têm é de defender Santa Maria sempre e não os partidos, que as tomadas de posição pelo GRA em relação às escalas técnicas no PREIT e abertura nocturna das Lajes não beneficiam Santa Maria, que a delegação local da CCIPD não tem atuado como se exigia na defesa dos interesses da Ilha como faz a Câmara de Comércio da Ilha Terceira e que temos todos de nos unir em defesa do nosso aeroporto. -----

O Presidente Rui Arruda referiu que o que aqui está em causa é a atitude do GRA e não a do Governo da República devendo este órgão continuar a ter uma posição de defesa de Santa Maria publicamente e continuar a ser contra com o que está contemplado em PREIT. -----

O Deputado Duarte Moreira disse concordar parcialmente com o que disse o Sr. Marco Coelho referindo também que, há sensivelmente dois anos, os Deputados à Assembleia da República, Mota Amaral e Joaquim Ponte, apresentaram requerimento ao Governo da República que visava levantar as restrições do Aeroporto da Lages à aviação civil, não sendo por isso exclusivo deste GRA medidas prejudiciais para o ASM. -----

O Conselheiro António Monteiro explicou que a delegação de Ilha da CCIPD fez um documento onde estão contempladas as preocupações da Ilha, que temos de defender que as escalas técnicas fiquem em Santa Maria e que está preocupado enquanto Mariense. -----

Não havendo mais considerações sobre este assunto o Presidente do CISM pôs à votação o seguinte: -----

Proposta do Conselheiro José Melo – Pedido de reunião urgente do CISM com o Presidente do GRA, a realizar em Santa Maria, sobre os assuntos relacionados com o Aeroporto de Santa Maria e escalas técnicas em que, pelo CISM irão estar presentes o Presidente da CMVP, Presidente da AMVP, Presidente do CISM, um representante de cada partido indicado pela AMVP e um representante de cada sector. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Proposta do Conselheiro José Branco – Criação de um “grupo de trabalho” no âmbito do CISM, composto pelos Presidentes do CISM, CMVP e AMVP para defesa e atuação sobre todos os assuntos relacionados com o Aeroporto de Santa Maria e escalas técnicas. A proposta foi



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

aprovada por maioria com os votos contra dos Conselheiros António Monteiro e José Melo e a abstenção do Conselheiro Carlos Rodrigues. -----

Antes de encerrar a reunião o Presidente do CISM referiu que, apesar de ter votado favoravelmente a proposta do Conselheiro José Melo, considera que preferia que este órgão não tivesse solicitado a reunião pela ausência de resposta do GRA a este órgão. -----

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, José Arsénio de Sousa Chaves, que a redigi e subscrevi, bem como pelos restantes membros da mesa do Conselho de Ilha. -----

José Arsénio de Sousa Chaves
/ *Luís* / *Plácido* / *Paulo*
Luís
Lurdes de Fátima Teixeira Morgalhões

